

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar**  
**Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0168-37

**Demonstrações Financeiras**

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais			Demonstração do resultado Exercício / período findo em 31 de dezembro - Em Reais		
Ativo	Nota	2.016	2.015	2.016	2.015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.468.448	8.795.912		
Contas de receber	5	21.173.777	11.403.839		
Estoques	6	2.437.583	823.127		
Partes relacionadas	7	493.339	-		
Outros ativos circulante		828.125	315.047		
		<b>30.401.272</b>	<b>21.337.925</b>		
<b>Não Circulante</b>					
Imobilizado	8	6.345.409	1.850.831		
Intangível	8	563.065	51.257		
Subvenções	8	(6.908.474)	(1.902.088)		
		-	-		
<b>Total do Ativo</b>		<b>30.401.272</b>	<b>21.337.925</b>		
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício / período findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
		<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit (déficit) do exercício/período</b>	<b>Total</b>	
Superávit do período		-	505.120	505.120	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.015</b>		-	<b>505.120</b>	<b>505.120</b>	
Transferência		505.120	(505.120)	-	
Déficit do exercício		-	(151.774)	(151.774)	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.016</b>		<b>505.120</b>	<b>(151.774)</b>	<b>353.346</b>	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício / período findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015 - Cifras apresentadas em reais.</b>					
<p><b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver e manter escolas, faculdades e cursos em saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. IV - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 18 de agosto de 2.015, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 05 (cinco) anos. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITC 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 17 de Fevereiro de 2.017. <b>2.1 Base de Mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. <b>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:</b> As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apre-</p>					
<p>sentados nessas demonstrações financeiras. <b>a) Estimativas contábeis:</b> A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. <b>b) Ativos circulantes e não circulantes:</b> <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. <b>Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. <b>Estoques:</b> Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. <b>Imobilizado:</b> Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. <b>Intangível:</b> Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. <b>c) Passivos circulantes e não circulantes:</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. <b>d) Provisões:</b> Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>e) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). <b>Receita diferida - investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>f) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>g) Receitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Receitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da</p>					
<b>Demonstração do resultado Exercício / período findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
<b>Receitas Operacionais</b>					
Receitas de subvenções-custeio	14	43.536.116	4.052.489		
Receitas de subvenções - investimento	8b	510.026	26.235		
Receitas financeiras		8.058	-		
Outras receitas		81.066	-		
<b>Total das Receitas</b>		<b>44.135.266</b>	<b>4.078.724</b>		
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas com pessoal	15	(14.285.043)	(1.976.333)		
Serviços de terceiros	16	(16.747.547)	(466.410)		
Custo corporativo compartilhado	17	(1.561.976)	(390.045)		
Drogas, medicamentos e materiais	18	(8.805.918)	(307.155)		
Despesas gerais e administrativas	19	(2.845.132)	(414.776)		
Despesas financeiras		(41.424)	(18.885)		
		<b>(2.886.556)</b>	<b>(433.661)</b>		
<b>Total das Despesas (Déficit) Superávit do Exercício/Período</b>		<b>(44.287.040)</b>	<b>(3.573.604)</b>		
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercício/período findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
<b>(Déficit) Superávit do Exercício / Período</b>					
Outros resultado abrangentes		-	-		
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>(151.774)</b>	<b>505.120</b>		
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício / período findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
(Déficit) superávit do exercício/período		(151.774)	505.120		
Ajustado por:					
Depreciação e amortização		510.026	28.005		
<b>(Déficit) superávit do exercício/período conciliado</b>		<b>358.252</b>	<b>533.125</b>		
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas de receber		(9.769.938)	(11.403.839)		
Estoques		(1.614.456)	(823.127)		
Outros ativos circulante		(513.078)	(315.047)		
Fornecedores		1.197.958	934.539		
Honorários médicos		190.494	229.701		
Obrigações sociais e trabalhistas		1.723.407	808.894		
Obrigações fiscais		103.263	78.642		
Partes relacionadas		(623.074)	129.735		
Outros passivos		2.250	-		
Provisão para descontinuidade		410.994	312.089		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(8.533.928)</b>	<b>(9.515.288)</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(5.516.412)	(1.930.093)		
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(5.516.412)</b>	<b>(1.930.093)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Subvenções governamentais		10.722.876	20.241.293		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>10.722.876</b>	<b>20.241.293</b>		
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.327.464)</b>	<b>8.795.912</b>		
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício / período		8.795.912	-		
No fim do exercício / período		5.468.448	8.795.912		
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.327.464)</b>	<b>8.795.912</b>		
unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>h) Instrumentos financeiros:</b> <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. <b>Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas. <b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição 2.016 2.015</b>					
Caixa		3.000	2.194		
Banco conta movimento (a)		5.465.448	8.793.718		
		<b>5.468.448</b>	<b>8.795.912</b>		
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.					

<p><b>5. Contas a Receber: Descrição</b></p> <p>Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - Faturado 5.189.332 430.382</p> <p>Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - A faturar 15.984.445 10.973.457</p> <p><b>21.173.777 11.403.839</b></p>		<p>Materiais hospitalares de consumo e reposição 505.393 184.653</p> <p>Materiais de Higiene e Limpeza 60.704 76.488</p> <p>Materiais de Expediente e Impressos 46.226 27.483</p> <p>Materiais Hospitalares de Reposição 46.433 42.404</p> <p>Ortose e Próteses 244.975 -</p> <p>Outros 103.738 53.693</p> <p><b>2.437.583 823.127</b></p>		<p>apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.</p> <p><b>19. Drogas Materiais e Medicamentos</b></p> <p><b>Descrição</b></p> <p>Medicamentos (3.971.698) (32.690)</p> <p>Materiais de uso do paciente (1.619.701) (67.539)</p> <p>Gêneros alimentícios (280.350) (2.987)</p> <p>Ortose e prótese (263.714) -</p> <p>Dieta enteral e parenteral (142.295) -</p> <p>Gases hospitalares (99.434) -</p> <p>Tecidos, confecções, uniformes e enxovais (394.348) (139.400)</p> <p>Materiais de limpeza e lavanderia (637.945) (74.101)</p> <p>Impressos e materiais de Expediente (267.118) (18.554)</p> <p>Ajuste de inventário físico (436.670) 53.026</p> <p>Materiais de conservação e reparos (282.957) -</p> <p>Materiais descartáveis (124.736) -</p> <p>Outros (284.952) (25.129)</p> <p><b>(8.805.918) (307.155)</b></p>			
<p><b>6. Estoques: Descrição</b></p> <p>Medicamentos 1.430.114 438.406</p>		<p><b>7. Partes Relacionadas</b></p> <p><b>Descrição</b></p> <p>Empréstimos entre unidades (a) 628.282 310</p> <p>Pró-Saúde - Sede Administrativa (b) (129.943) (130.045)</p> <p><b>493.339 129.735</b></p>		<p><b>20. Despesas Gerais e Administrativas</b></p> <p><b>Descrição</b></p> <p>Energia elétrica e telefone (1.124.657) (164.884)</p> <p>Depreciação e amortização (510.026) (25.005)</p> <p>Manutenção (199.324) (57.749)</p> <p>Prêmios de seguros (67.782) -</p> <p>Condução e taxis (71.099) (55.593)</p> <p>Viagens e ajuda de custo (329.473) (18.528)</p> <p>Provisão por irrecuperabilidade de ativos (393.750) -</p> <p>Outras (149.021) (90.017)</p> <p><b>(2.845.132) (1.725.901)</b></p>			
<p><b>8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar</b></p> <p><b>a) Composição: Itens</b></p> <p><b>Imobilizado</b></p> <p>Equipamentos telefônicos 29.005 - 23.301 19.943</p> <p>Equipamentos de informática 1.092.497 (147.755) 944.742 235.275</p> <p>Equipamentos de infraestrutura 700.321 (21.101) 91.202 60.549</p> <p>Maquinas e equipamentos 2.903.093 (22.933) 2.880.160 692.037</p> <p>Móveis e utensílios de escritório 860.304 (63.849) 796.455 148.413</p> <p>Móveis e utensílios hospitalares 509.196 (24.491) 484.705 300.864</p> <p>Adiantamento a fornecedores 1.124.844 - 1.124.844 393.750</p> <p><b>6.831.242 (485.832) 6.345.409 1.850.831</b></p> <p><b>Intangível</b></p> <p>Direito de uso de software 615.263 (52.198) 563.065 51.257</p> <p><b>615.263 (52.198) 563.065 51.257</b></p> <p><b>Subvenções a realizar</b></p> <p>Subvenções governamentais * (6.908.474) - (6.908.474) (1.902.088)</p> <p><b>(6.908.474) - (6.908.474) (1.902.088)</b></p>		<p><b>(a) - Empréstimos:</b> Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. <b>(b) - Custos corporativos compartilhados:</b> Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.</p>		<p><b>21. Instrumentos Financeiros:</b> Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:</p> <p><b>Descrição</b></p> <p><b>Ativos</b></p> <p>Valor justo por meio do resultado 5.468.448 8.795.912</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa 5.468.448 8.795.912</p> <p>Recebíveis 21.173.177 11.403.839</p> <p>Partes relacionadas 493.339 -</p> <p><b>Total 27.134.964 20.199.751</b></p> <p><b>Passivos</b></p> <p>Pelo custo amortizado 2.132.497 936.139</p> <p>Fornecedores 420.195 229.701</p> <p>Honorários médicos 420.195 229.701</p> <p>Partes relacionadas - -</p> <p><b>Total 2.552.692 1.195.575</b></p> <p><b>Risco de liquidez:</b> O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. <b>22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:</b> Em 25 de setembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do INSS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.016 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação de validade do processo pelo Ministério." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. <b>(b) Apresentação da cota patronal:</b> A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. <b>(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:</b> A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. <b>23. Contribuições Sociais Usufruídas:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destaca-se: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:</p> <p><b>Descrição</b></p> <p>Contribuição para o financiamento da seguridade social 1.324.058 122.362</p> <p>Contribuição social sobre o superávit - 45.317</p> <p>Contribuição patronal ao INSS 2.977.587 341.072</p> <p><b>4.301.645 508.751</b></p>			
<p><b>8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar</b></p> <p><b>a) Composição: Itens</b></p> <p><b>Imobilizado</b></p> <p>Equipamentos telefônicos 29.005 (5.703) 23.301 19.943</p> <p>Equipamentos de informática 1.092.497 (147.755) 944.742 235.275</p> <p>Equipamentos de infraestrutura 700.321 (21.101) 91.202 60.549</p> <p>Maquinas e equipamentos 2.903.093 (22.933) 2.880.160 692.037</p> <p>Móveis e utensílios de escritório 860.304 (63.849) 796.455 148.413</p> <p>Móveis e utensílios hospitalares 509.196 (24.491) 484.705 300.864</p> <p>Adiantamento a fornecedores 1.124.844 - 1.124.844 393.750</p> <p><b>6.831.242 (485.832) 6.345.409 1.850.831</b></p> <p><b>Intangível</b></p> <p>Direito de uso de software 615.263 (52.198) 563.065 51.257</p> <p><b>615.263 (52.198) 563.065 51.257</b></p> <p><b>Subvenções a realizar</b></p> <p>Subvenções governamentais * (6.908.474) - (6.908.474) (1.902.088)</p> <p><b>(6.908.474) - (6.908.474) (1.902.088)</b></p>		<p><b>b) Movimentação: Itens</b></p> <p><b>Saldo em 31/12/15</b></p> <p>Equipamentos telefônicos 20.281 8.724</p> <p>Equipamentos de informática 241.686 850.811</p> <p>Equipamentos de infraestrutura 64.278 248.025</p> <p>Maquinas e equipamentos 700.321 2.202.772</p> <p>Móveis e utensílios de escritório 151.501 708.803</p> <p>Móveis e utensílios hospitalares 305.166 204.030</p> <p>Adiantamento a fornecedores 393.750 731.094</p> <p>(-) Depreciação (26.152) (459.680)</p> <p><b>Total imobilizado 1.850.831 4.954.259 (459.681) 6.345.409</b></p> <p>Direito de uso de software 53.110 562.153</p> <p>(-) Amortização (1.853) - (50.346) (52.198)</p> <p><b>Total intangível 51.257 562.153 (50.346) 563.065</b></p> <p><b>Total Imobilizado e intangível 1.902.088 5.516.412 (510.026) 6.908.474</b></p> <p>Subvenções governamentais (1.902.088) (5.516.412) 510.026 (6.908.474)</p> <p><b>Total intangível (1.902.088) (5.516.412) 510.026 (6.908.474)</b></p>		<p><b>13. Provisão para Descontinuidade de Contrato:</b> Os valores provisionados à título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:</p> <p><b>Descrição</b></p> <p>Saldo inicial 312.089 -</p> <p>Adições (Nota 16 - despesa com pessoal) 410.994 312.089</p> <p><b>Saldo final 723.083 312.089</b></p> <p><b>14. Provisão para Contingências:</b> Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível, em trâmite na justiça. <b>15. Receitas com Subvenções - Custeio:</b> As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.016 montam a R\$ 43.536.116 (Em 2015 - R\$ 4.052.489).</p> <p><b>16. Despesas com Pessoal: Descrição</b></p> <p>Salários e ordenados (8.590.302) (1.057.411)</p> <p>Férias (1.184.100) (246.604)</p> <p>Décimo terceiro salário (853.107) (140.295)</p> <p>Insalubridade (655.506) (2.256)</p> <p>Horas extras e adicionais (638.657) (909)</p> <p>Auxílio Habitação (75.000) (23.667)</p> <p>Ajuda de Custo (11.000) (23.000)</p> <p>FGTS (947.448) (115.933)</p> <p>Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS (410.994) (312.089)</p> <p>Contribuição Patronal ao INSS (2.977.587) (341.072)</p> <p>Isenção da Contribuição Patronal ao INSS 2.977.587 341.072</p> <p>PIS (116.290) (14.721)</p> <p>Outras (802.639) (39.448)</p> <p><b>(14.285.043) (1.976.333)</b></p> <p><b>17. Serviços de Terceiros: Descrição</b></p> <p>Serviços médicos de terceiros (12.377.705) (32.108)</p> <p>Serviços de terceiros pessoa jurídica (4.159.842) (129.902)</p> <p><b>(16.747.547) (468.010)</b></p> <p><b>18. Custos Corporativos Compartilhados:</b> Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao</p>			
<p><b>Dom Eurico dos Santos Veloso</b> Presidente <b>Michael R. Cansanção da Silva</b> - Contador local - CRC: PA 010610/O-2</p>		<p><b>Jocelmo Pablo Mews</b> Diretor Geral da Pró-Saúde <b>Renato Souza de Almeida</b> - Contador geral - CRC: PA 010610/O-2</p>		<p><b>Alba Lúcia de M. Sá Muniz</b> Diretora Geral do Hospital <b>Renato Souza de Almeida</b> - Contador geral - CRC: 1SP 218068/O-6 "S" - PA</p>		<p><b>Tatiane Aparecida dos Santos</b> Diretora Financeira do Hospital</p>	

▶continuação

### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belém, 17 de Fevereiro de 2.017.

**LM Auditores Associados**  
CRC 2SP018.611/O-8

**Maurício Diácoli**  
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 1622300

**Edições IOE**  
**4009-7817**